



## *Entre Conceito e Carne: os usos de Foucault para ler a pandemia do novo coronavírus\**

*Between concept and flesh: the uses of Foucault to read the new coronavirus pandemic*

Lucas Trindade da Silva\*\*

\* Recebido em: 23.05.2019. Aprovado em: 16.11.2019

\*\* Professor adjunto do Instituto Humanitas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Doutor em Sociologia pela Universidade de Brasília. Email: [lucatrindadedasilva@yahoo.com.br](mailto:lucatrindadedasilva@yahoo.com.br) Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3390-2046>

**Resumo:** O ensaio retorna às etapas de elaboração do biopoder, da biopolítica e da governamentalidade em Foucault visando avaliar, a partir da clareza dos fundamentos, alguns dos usos recentes destes conceitos para pensar a atual pandemia do novo coronavírus em seus efeitos e tendências sociais.

**Palavras-chave:** Biopoder, biopolítica, governamentalidade, necropolítica, Covid-19.

**Abstract:** The essay returns to the stages of elaboration of biopower, biopolitics and governmentality in Foucault aiming to evaluate, based on the clarity of the fundamentals, some of the recent uses of these concepts to think about the current new coronavirus pandemic in its social effects and trends.

**Keywords:** Biopower, biopolitics, governmentality, necropolitics, Covid-19.



<sup>1</sup> Para uma análise das aparições da noção de biopolítica antes de Foucault, ver Thomas Lemke (2011).

Defendemos, de uma vez por todas, o seguinte princípio:  
uma sociedade é racista ou não é.  
(*Pele Negra, Máscaras Brancas* – Frantz Fanon)

Muito conhecido por seus estudos relacionados às tecnologias disciplinares de poder (Foucault, 1987), exercidas sobre os corpos individuais, que passam a ser investigados e submetidos a rotinas estritas de temporalização, espacialização e rendimento – corpos dóceis e úteis, na conhecida expressão –, Michel Foucault, a partir de 1974, passa a refletir, para além da disciplina, sobre uma tecnologia de poder orientada não para os corpos individuais, mas para os processos vitais de uma população que emerge, sobretudo a partir dos séculos XVII (marco também da anátomo-política disciplinar) e XVIII, como figura do saber. Tal saber – estatístico, demográfico, urbanizador, fisiocrático, das ciências humanas nascentes, da economia política, da sociologia, etc. – responde, como um susto, a problemas reais: pestes, pragas, doenças, epidemias, escassez, fome, insalubridade, condições de vida deploráveis geradas pelos processos de adensamento demográfico em cidades despreparadas para os efeitos da industrialização em modos camponeses de estar no espaço e no tempo.

Diferente das disciplinas, que têm caráter em grande medida restritivo – pensemos em hospícios, fábricas, escolas, prisões, quartéis, hospitais –, a biopolítica<sup>1</sup> seria uma tecnologia de poder regulamentadora, orientada não para interpelar ou restringir a realidade que toma como objeto, para assim torná-la facilmente útil a fins específicos, mas que busca agir no próprio elemento da realidade,

rastreando e seguindo as suas regularidades e dinâmicas imanentes. Urbanizar, higienizar, *laissez faire* seriam todas formas análogas de abrir os espaços para o livre movimento dessa população, para que se expanda, para que multiplique e intensifique seus laços, para que realize a sua própria natureza contra a artificialidade de contínuas intervenções oficiais.

O discurso da economia política seria expressão sintética da biopolítica: saber que se pretende científico sobre a dinâmica natural da população enquanto mercado, constituindo assim a agenda/non agenda da atuação estatal. A despeito de se diferenciarem como o centrípeto em relação ao centrífugo, disciplina e biopolítica seriam dois braços de um mesmo paradigma moderno das relações de poder, a saber, o biopoder, poder de *fazer viver e deixar morrer*, antípoda típica em relação a um paradigma pré-moderno da soberania, poder de *fazer morrer e deixar viver*. Paradigma este que não deixa de existir diante da emergência da biopolítica, mas que se reconfigura em prol dos fins de normalização e regulamentação modernos.

Se na soberania o poder se mostra na extraordinariedade do espetáculo da tortura e da eliminação sádicas daquele que ousou ameaçá-lo, criando, na ordinariedade do cotidiano, inúmeros pontos cegos para o seu exercício, o biopoder (articulando disciplina e biopolítica) *preenche estes vazios*. Em nome do fazer viver, seu espaço-tempo de atuação torna-se a cotidianidade ordinária, o saber exponencial, posto em discurso, científico ou não, em relação aos movimentos dos indivíduos e da população. Isto esclarece o que Foucault chama do jogo incontornável entre segurança e liberdade que demarca a biopolítica e as racionalidades modernas, liberais e



<sup>2</sup> O trabalho de Roberto Esposito (2015) é particularmente importante para tornar mais clara, a partir da relação entre comunidade e imunidade, a forma como o nazismo modula o paradigma biopolítico. “Roberto Esposito nos ensina que toda biopolítica é imunológica: supõe uma definição de comunidade e o estabelecimento de uma hierarquia entre os órgãos isentos de impostos (aqueles que são considerados imunes) e aqueles que a comunidade considera potencialmente perigosos (os demuni) e que serão excluídos em um ato de proteção imunológica. Esse é o paradoxo da biopolítica: todo ato de proteção implica uma definição de imunização da comunidade, segundo a qual a comunidade se dará a autoridade para sacrificar outras vidas, em benefício da ideia de sua própria soberania. O estado de exceção é a normalização desse paradoxo insuportável.” (PRECIADO, 2020, n.p.). Para um aprofundamento, ver Nalli (2013).”

neoliberais: toda unidade de liberdade exige uma unidade de segurança, o próprio paradoxo que poderia ser gerado ao colocarmos tais termos lado a lado é dissipado pela emergente interdependência entre segurança e liberdade.

Assim, o biopoder, como proposição geral, ou seja, em sua definição mais abstrata, implica necessariamente em disciplinamento (anátomo-política) e regulamentação/controle (biopolítica), seja qual for o mecanismo em operação (estatal, de mercado, civil, autogestionário, não-governamental etc.). Falo isto a princípio para ficar claro que, dos níveis mais autocráticos aos mais democraticamente diretos de atuação de um paradigma do *fazer viver*, tal atuação não se exerce num espaço abstrato de liberdade negativa, mas de disciplinamento dos indivíduos e regulamentação da *população*. Este é o ponto de disputa que, a meu ver, deve ser tática e estrategicamente central na construção de um horizonte normativo: dizer o que é o indivíduo, a população, as suas relações, e o que se entende por *fazer viver*; ter hegemonia (Gramsci é inevitável) sobre o conceito de vida (boa) destes corpos – indivíduos, população – em suas particularidades e interdependências.

Desçamos agora a um nível mais concreto. A primeira vez que Foucault fala em biopolítica é numa conferência realizada no Brasil em 1974 sobre *O Nascimento da Medicina Social* (Foucault, 1979), em suas etapas de formação na Alemanha, na França e na Inglaterra. Um esforço conceitual em relação à biopolítica só aparece de fato no curso *Em Defesa da Sociedade* (de 1975-1976). Neste, Foucault (1999) menciona a biopolítica, numa guinada algo repentina e abrupta, para qualificar a sua discussão sobre raça e racismo. Escreve

que uma coisa é a raça no contexto das lutas intra e interestamentais da França e Inglaterra dos séculos XVII e XVIII, quando estratos usurpados da sociedade de corte buscavam escrever a história da sua raça (do seu povo, da sua nação) como tendo um direito, enraizado no passado, ao domínio e a dizer e portar a lei; por sua lei, a lei da sua raça, ser a lei mais justa. Outra coisa é a noção de raça emergente nos projetos de eugenia do século XX.

O que especifica o racismo moderno é surgir num momento de plena dominância do paradigma biopolítico, do *fazer viver e deixar morrer*. No racismo moderno, e Foucault (1988; 1999) reflete principalmente sobre o nazismo, modula-se a biopolítica da população tendo como ponto fundamental o estabelecimento compulsivo de um *corte* entre o que é saudável e o que é doentio, entre o normal e o patológico e, conseqüentemente, entre o que deve viver e o que deve morrer. O racismo recupera, assim, a prerrogativa soberana e define-se como um complexo prático-discursivo orientado para o *fazer morrer* (aquilo que é definido como mórbido) *para fazer viver* (aquilo que é definido como são)<sup>2</sup>.

Se, no nível mais geral de determinação, vimos – adiantando o argumento de *Segurança, Território, População* – que a biopolítica imbrica, semântica e praticamente, segurança e liberdade; num nível menos abstrato, percebemos como o racismo moderno demonstra como o *lager*, o estado de exceção (Agamben), a necropolítica (Mbembe) é uma potência (realizável ou não) no interior do próprio paradigma biopolítico de regulamentação populacional. Tal conclusão reforça a defesa feita anteriormente: o ponto tática e



<sup>3</sup> Sobre a proposição da noção de População-*sacer* para pensar a formação sócio-nacional brasileira, ver Mozart Silva (2017).

estrategicamente central é a definição, política e teoricamente conquistável, do que é a população e de como a fazemos viver.

Após *A Vontade de Saber* (1976), Foucault oferece dois conhecidos cursos no Collège de France – *Segurança, Território, População* (1977-1978) e *Nascimento da Biopolítica* (1978-1979) –, nos quais – embora o último leve o conceito em seu título e o primeiro, em seu início e em seu resumo, anuncie um retorno ao que um pouco no ar foi chamado de biopoder – a questão do biopoder e da biopolítica é em grande medida ampliada através da problemática da governamentalidade – liberal no primeiro, neoliberal no segundo – como o que demarca o terreno das relações daquela, e da nossa, atualidade.

Embora com outros termos, Foucault (2008a; 2008b) continua interessado em analisar a emergência de um poder que tem como sujeito-objeto a população, orientado para a segurança do livre movimento desta; poder centrífugo, poder que atua no elemento da realidade, poder regulamentador, atributos tanto da biopolítica como da governamentalidade. Talvez por isto em nenhum momento Foucault se esforce explicitamente em diferenciar as duas tecnologias.

Mais importante, na economia do presente argumento, do que a não esclarecida relação entre biopolítica e governamentalidade, é que quando trata da governamentalidade (liberal e neoliberal) como tecnologia de poder referente à população, Foucault não mais retoma a importante questão do racismo moderno, como o fez em relação à biopolítica. Não se pergunta se as governamentalidades liberal (o deixar fazer o livre movimento natural da população, demarcando o

político-estatal como esfera que age ou não age em prol daquela natureza) e neoliberal (a orientação de todas as instâncias e racionalidades em prol da constituição da economia do mercado e do mecanismo de concorrência não como naturalidade, mas como projeto) também operam (discursiva e/ou praticamente) aquele *corte* entre o mórbido e o saudável, entre o que deve morrer e o que deve viver; ou melhor, se liberalismo e neoliberalismo também atuam, sintetizando soberania e biopolítica, como um *fazer morrer para fazer viver*, atualizando assim potências necropolíticas (MBEMBE, 2011).

Se quanto ao liberalismo temos uma ampla literatura sobre os seus vínculos com o colonialismo, o imperialismo e o racismo, revelando o lado obscuro da modernidade liberal, no que se refere ao neoliberalismo releituras de Foucault fincadas no tempo presente não deixam dúvidas. Seja no devir negro do mundo (MBEMBE, 2014) ou na derrota retumbante do *homo politicus* pelo *homo economicus* e a consequente conversão do *sujeito de interesse* em *sujeito de sacrifício* (BROWN, 2015), a despeito de se presente ou não desde os seus textos fundadores (nos ordoliberalis ou no colóquio Walter Lippmann), o neoliberalismo tem agido como produtor sistemático de populações e indivíduos *sacer*, sacrificáveis<sup>3</sup>. Diferente do racismo moderno hitlerista, por sua vez, tal corte entre o que é sacrificável em nome da saúde não precisa mobilizar uma teoria evolucionista e eugênica supostamente científica das raças; o neoliberalismo produz morte em nome da solvência, austeridade e saúde do mecanismo da economia de mercado, deixando que o racismo opere sem face.



<sup>4</sup> Ver, para um comentário mais aprofundado, o artigo de Edgardo Castro (2020).

<sup>5</sup> “The concept of biopower – like that of discipline – was not trans-historical or metaphoric, but precisely grounded in historical, or genealogical, analysis” (RABINOW; ROSE, 2006, p. 199).

<sup>6</sup> “The concept of biopower – like that of discipline – was not trans-historical or metaphoric, but precisely grounded in historical, or genealogical, analysis” (RABINOW; ROSE, 2006, p. 199).

<sup>7</sup> Confluência perversa é expressão conceitual cunhada ou, ao menos, amplamente popularizada pelo trabalho de Evelina Dagnino (ver, p.e., DAGNINO, 2004).

Este já longo preâmbulo me permite chegar à barbárie do dia – e quão longo pode ser esse dia?

Uma pandemia – o novo coronavírus – então nos atinge em época de coexistência entre o racismo sem face da biopolítica neoliberal – que faz morrer em nome da saúde dos mercados –, da necropolítica direta em situações de guerra quente, do racismo histriônico de neofascismos e/ou populismos de direita. No interior desse quadro, é equívoco não reconhecer o momento de verdade do negativo operante no pensamento de Giorgio Agamben.

Embora o filósofo italiano caia explicitamente na falácia do negacionismo, lendo a Covid-19 – uma “epidemia inventada”, uma “gripe normal” em suas palavras – como pretexto para a extensão e intensificação do estado de exceção como paradigma normal de governo<sup>4</sup>, não parece haver dúvidas que as medidas tomadas para conter a pandemia abrem um terreno amplo para o espraiamento de mecanismos de segurança como consumo de liberdade sem que a consequente produção de liberdade, demarcada por Foucault, seja um movimento simultâneo ou contínuo em condições de confinamento. Eis as palavras conclusivas do filósofo: “Assim, em um perverso círculo vicioso, a limitação da liberdade imposta pelos governos é aceita em nome de um desejo de segurança que foi induzido pelos próprios governos que agora intervêm para satisfazê-lo” (AGAMBEN, 2020, n.p.).

Na verdade, em sua intervenção, Agamben apenas aplica a um objeto concreto sua leitura (presente em *Homo Sacer*) da biopolítica

esvaziando-a de historicidade<sup>6</sup>, quando escreve “*que a produção de um corpo biopolítico*” é “*a contribuição original do poder soberano*”, sendo a biopolítica, “nesse sentido, pelo menos tão antiga quanto a exceção soberana” (AGAMBEN, 2007, p. 14).

A intensificação do desenvolvimento e espraiamento de dispositivos de vigilância como resposta à pandemia, afim à leitura da biopolítica sob o prisma do estado de exceção, tem sido levada a cabo por autores de indiscutível relevância. Byung-Chul Han, ao descrever o êxito chinês na contenção do vírus, mas também na Coreia do Sul, Hong Kong, Singapura, Taiwan, Japão – coordenadas onde, nas suas palavras, “não existe uma consciência crítica da vigilância digital e o *big data*” (Han, 2020, n.p.) –, chama atenção para o aprofundamento de condições distópicas que morbidamente flertam com a ficção orwelliana.

Paul Preciado (2020, n.p.), por sua vez, negando qualquer “teoria do complô” ou “plano maquiavélico para estender ainda mais as políticas autoritárias”, escreve, desde o contexto europeu, que a “epidemia permite estender a toda a população as medidas de ‘imunização’ política que foram aplicadas até agora de maneira violenta contra aqueles que eram considerados ‘estrangeiros’ tanto dentro como nos limites do território nacional”.

Aprofundando o trabalho do negativo, pode-se dizer que a pandemia real da Covid-19 entra numa convergência perversa<sup>7</sup> com o racismo sem face instituído pela governamentalidade neoliberal. Destroçadas as estruturas do *Welfare State* nos países centrais, estruturas nunca consolidadas nas periferias, o Covid-19 tem e terá crescentemente como suas principais vítimas o mesmo público



<sup>8</sup> Judith Butler (2020, n.p.) em recente intervenção: “O vírus por si só não discrimina, mas nós humanos certamente o fazemos, moldados e movidos como somos pelos poderes casados do nacionalismo, do racismo, da xenofobia e do capitalismo”.

<sup>9</sup> Paul Preciado (2020, n.p.): “O vírus atua à nossa imagem e semelhança, apenas reproduz e estende a toda a população as formas dominantes de manejo biopolítico e necropolítico que já estavam trabalhando no território nacional”.

<sup>10</sup> Sobre o conceito de colonialidade do ser, ver Maldonado-Torres, 2007.

subalternizado, precarizado, jogado numa zona de não-ser pelo neoliberalismo: idosas e idosos, detentas e detentos, trabalhadoras e trabalhadores informais, moradoras e moradores de favelas em condições de extrema concentração populacional, negras e negros marcados pela chaga da colonialidade, pessoas em situação de rua, em suma, todas aquelas e todos aqueles incapazes de viver a liberdade de escolher entre a hipermobilidade (das elites tipo *global cities*) e a clausura (de setores médios e abastados).

Convergência perversa<sup>8</sup>, pois acelera um processo em andamento de hiperconcentração, polarização, gentrificação, sacrifício e genocídio, necropolítica, portanto, de toda subalternidade em seu ser e devir negros<sup>9</sup>.

Como coloca Achille Mbembe (2020) em recente entrevista à Folha de São Paulo, ao ser perguntado sobre o discurso que apela para a falsa disjuntiva “salvar a economia ou salvar a população” e a orientação de Bolsonaro pela primeira opção:

“Essa é a lógica do sacrifício que sempre esteve no coração do neoliberalismo, que deveríamos chamar de necroliberalismo. Esse sistema sempre operou com um aparato de cálculo. A ideia de que alguém vale mais do que os outros. Quem não tem valor pode ser descartado. A questão é o que fazer com aqueles que decidimos não ter valor. Essa pergunta, é claro, sempre afeta as mesmas raças, as mesmas classes sociais e os mesmos gêneros” (MBEMBE, 2020, n.p.).

A noção de *necroliberalismo*, sugerida por Mbembe, fornece uma representação precisa daquilo que mais acima chamei, com e além de Foucault, de *racismo sem face* operado pelo corte da

governamentalidade neoliberal entre o que deve morrer e o que deve viver, atuante durante décadas no contexto dito “normal”, anterior à pandemia.

Com efeito, um aspecto que a pandemia global provocada pelo novo coronavírus evidencia é, por um lado, a capacidade, no contexto pré-pandêmico ou pré-excepcional de suposta normalidade, que formas de vida social posicionadas em determinadas condições nacionais, de classe, étnicas, de gênero e etárias têm em produzir, fazer circular e consumir a normalidade e o cotidiano como negação contínua da “resistência ontológica” (FANON, 2008, p. 104) de outras bilhões de vidas humanas em condições de precariedade, vulnerabilidade e guerra. No contexto propriamente pandêmico, evidencia, por outro lado, como a ameaça à humanidade só é alarmada e cria um sentido abarcador quando as condições de reprodução da existência daquele primeiro grupo privilegiado é claramente ameaçada. A humanidade só emerge como expressão global quando os “herdeiros” da espécie, que se sentem particularmente merecedores da sua posição, vivenciam massivamente o ser para a morte como evento ordinário, cotidiano<sup>10</sup>.

A hierarquização do ser, como se uns tivessem mais direito à vida do que outros, no entanto, não deixa de se reproduzir ou ganhar novas formas também no contexto pandêmico, na dinâmica fractal da exceção: na concorrência entre nações para canalizar os equipamentos e tecnologias necessárias; na tentativa de monopolizar uma possível vacina; na sugestão criminosa de testar as vacinas em países africanos; nas condições diferenciadas de disseminação, prevenção e tratamento; nos efeitos distintos do *bios* quando encontra



a estrutura de classes e as desigualdades globais de toda ordem; na dinâmica de visibilidade/invisibilidade típica da mídia, etc.

Para além dos usos da biopolítica e da governamentalidade que, na leitura da pandemia do novo coronavírus, acentuam os aspectos tanatopolíticos da vigilância total e da necropolítica, vê-se também um esforço de delinear horizontes normativos a partir da crise atualmente vivida.

A despeito da coruja de Minerva só ter começado a alçar voo, as reações mais imediatas, o morder de línguas de altos representantes do neoliberalismo, o descrédito da sacrossanta autorregulação do mercado, o imperativo, cada vez mais claro, de amplos recursos para os estados enfrentarem a epidemia, o espraiamento de uma semântica do cuidado e da solidariedade, a exigência de renda mínima, de ampla proteção aos mais vulneráveis, de confiança no saber científico e medidas cientificamente fundadas de intervenção, a apropriação crescente de um saber técnico por certos segmentos (embora sempre restritos) da população, o pôr da saúde e da vida como problemas de amplo debate público, entre outras tantas pautas, também confere um momento de verdade a certo otimismo zizekiano, para quem o coronavírus é também “um sinal de que não podemos seguir pelo mesmo caminho que viemos até agora, de que precisamos de uma mudança radical”, que devemos “refletir sobre o triste fato de que precisemos de uma catástrofe para nos permitirmos repensar as características básicas da sociedade na qual vivemos” (Zizek, 2020, n.p.).

Otimismo também presente na letra de Panagiotis Sotiris (2020), que explicitamente coloca-se contra Agamben e por uma

*biopolítica popular* – contra Agamben precisamente por propor um outro tipo de retorno a Foucault e a discussão deste sobre biopolítica.

Escreve Sotiris (2020, n.p.):

Às vezes esquecemos que este último [Foucault] tinha uma concepção muito relacional das práticas de poder. Neste sentido, é legítimo perguntar se é possível uma biopolítica democrática ou mesmo comunista. Em outras palavras: é possível ter práticas coletivas que realmente contribuam à saúde das populações, incluídas as mudanças de comportamento em grande escala, sem uma expansão paralela das formas de coerção e vigilância?

A resposta é afirmativa:

O próprio Foucault, em seus últimos trabalhos, tende a essa direção, com os conceitos de verdade, *parresía* e autocuidado. Neste diálogo muito original com a filosofia antiga, ele propõe uma política alternativa do *bios* que combina atenção individual e coletiva de maneira não coercitiva. (Sotiris, 2020, n.p.)

Vê-se, assim, que para ir além de uma leitura tanatopolítica da biopolítica em Foucault, Sotiris precisa mobilizar a chamada fase ética daquele, quando os conceitos de biopoder e biopolítica não são mais trabalhados e os conceitos de governamentalidade e governo continuam a ser utilizados, embora desatrelados de uma reflexão sobre “estruturas globais de dominação” e vínculo entre “processos de subjetivação e formação do estado” (BRÖCKLING et AL, 2011, p. 01-02).

De fato, atendo-nos à letra de Foucault, teríamos poucos recursos para desenvolver um horizonte normativo ou utópico a partir dos conceitos de biopoder e biopolítica. Sotiris (2020) não os cita, mas o esforço de pensar relações de poder pós-soberanas e populares



de *fazer viver* guarda afinidades com a leitura de Foucault feita por Hardt e Negri (2001; 2005), fortemente influenciados por Deleuze e Guattari, assim como pelo debate italiano sobre trabalho imaterial. Em Hardt e Negri (2001, p. 49), a problemática do biopoder e da biopolítica – o caráter “tão contraditório quanto paradoxal” do “corpo biopolítico coletivo” (Hardt e Negri, 2001, p. 49) – é enquadrada nos termos do binômio *Império/Multidão*. Tal leitura torna possível pensar os projetos prático-discursivos, para além da captura imperial, da potência produtivo-criativa da multidão como lutas que “são ao mesmo tempo econômicas, políticas e culturais e, por consequência, são lutas biopolíticas, valendo para decidir a forma de vida. São lutas constituintes, que criam novos espaços públicos e novas formas de comunidade” (Hardt e Negri, 2001, p. 75).

Para Sotiris (2020, n.p.), no lastro dessa leitura utópica da biopolítica, as medidas de disciplinamento e regulamentação tomadas para conter o contágio do novo coronavírus não exprimem apenas “um medo individual permanente, capaz de romper qualquer sentimento de coesão social”, mas sobretudo “a ideia de esforço coletivo, coordenação e solidariedade dentro de uma luta comum, elementos que neste tipo de emergências sanitárias podem resultar tão importantes quanto as intervenções médicas”. Daí “a possibilidade de uma biopolítica democrática”, fundada “na democratização do conhecimento”, o que abriria caminho para “processos de tomada de decisões coletivos baseados em conhecimento e compreensão, não somente na autoridade dos especialistas” (Sotiris, 2020, n.p.).

Um exemplo, passado e presente, de biopolítica popular estaria, para Sotiris (2020), nas lutas desencadeadas em torno do HIV, contra a sua propagação, contra o estigma e pelo (auto)cuidado dos infectados. Com a pandemia do coronavírus, a margem aberta para os movimentos sociais no sentido de uma biopolítica popular estaria visível na exigência de “medidas imediatas para ajudar os sistemas de saúde pública a suportar a carga adicional causada pela pandemia”, na “necessidade de solidariedade e auto-organização coletiva durante esta crise, em oposição aos pânicos individualizados próprios da ideologia da ‘sobrevivência’”, na pressão para que “o poder estatal (e a coerção) seja utilizado para canalizar os recursos do setor privado às direções socialmente necessárias”, no fazer “da transformação social um requisito vital” (Sotiris, 2020, n.p.).

As amplas citações (livremente traduzidas) de Sotiris (2020) já evidenciam como endosso largamente a sua linha de raciocínio, o seu distanciamento necessário em relação ao negacionismo de Agamben, a forma como retorna a Foucault. Gostaria, no entanto, de dar o devido peso aos dois esforços desenvolvidos neste ensaio: a verdade do negativo, de um lado, e o tecer de horizontes, por assim dizer, do outro.

Como argumentei mais acima, a pandemia da Covid-19 nos coloca numa abertura radical ao contingente quanto às tendências possíveis que, em seus extremos, podem levar à catalisação de processos de vigilância total e necropolíticos ou a uma crescente luta em torno de como pensamos a saúde e de como promovê-la.

Embora o retorno da vida (na saúde e na doença) ao amplo debate público e uma insatisfação perceptível quanto ao seu





tratamento como assunto de mercado seja um índice a sempre termos em conta, a produção, distribuição, circulação e consumo do saber científico e das medidas de promoção da vida continuam fundamentalmente restritas. A ausência de uma ampla socialização dos meios de conhecimento e regulamentação da vida deixa-nos assim frágeis à captura de saberes e práticas pelo estado de exceção (Agamben) ou pelo Império (Hardt/Negri), enfraquecendo a construção possível de uma biopolítica popular ou multitudinária.

Num horizonte normativo de longo prazo, deve-se catalisar o movimento, percebido por Dardot e Laval (2020), ao observarem os efeitos do Covid-19 na Europa, de ressignificação do “público” como “comum”, desatrelando-o estrategicamente, mas não taticamente, do aparelho estatal e da soberania nacional:

O apego dos cidadãos aos serviços públicos, em particular aos serviços hospitalares, não é de forma alguma uma adesão à autoridade ou poder público em suas diversas formas, mas um apego aos próprios serviços que têm por objetivo essencial atender as necessidades públicas. Longe de manifestar uma adesão à identidade nacional, esse apego provê um sentido universal que atravessa as fronteiras. E é ele que torna a todos nós sensíveis às dificuldades experimentadas por nossos ‘concidadãos que estão enfrentando uma pandemia’, sejam italianos, espanhóis e em última análise, europeu ou não (DARDOT e LAVAL, 2020, n.p.).

Como bem coloca Paul Preciado (2020), afirmando horizonte utópico semelhante:

Curarmos a nós mesmos como sociedade significaria inventar uma nova comunidade além das políticas de identidade e fronteira com as quais até agora produzimos soberania, mas também além da redução da vida à sua biovigilância cibernética. Seguir vivo, permanecer vivo como um planeta, contra o vírus, mas também contra o que pode acontecer, significa implementar formas estruturais de cooperação planetária. (PRECIADO, 2020, n.p.)

A ressignificação do público em direção ao comum é sensível também na realidade brasileira, em oposição à necropolítica levada ao paroxismo pelo governo Bolsonaro.

Numa formação sócio-nacional com cerca de 13,6 milhões de moradores de favelas, 100 milhões de pessoas sem acesso a saneamento básico, 35 milhões sem acesso a “uma rede de água potável” (OLIVEIRA, 2020, n.p. – assim como os dados citados), condições que tornam extremamente desafiador o combate ao espalhamento e ao contágio do novo coronavírus, movimentos populares elaboraram um conjunto de propostas que estão muito além de uma concepção paternalista e tutelar do “público”: “distribuição de produtos de higiene e cestas básicas”; “revogação da Emenda Constitucional 95”; “fim de todos os despejos e remoções na cidade e no campo”; “suspensão do pagamento das prestações dos imóveis adquiridos pelo programa Minha Casa, Minha Vida, assim como do pagamento de contas de água, luz, aluguel e gás e a distribuição domiciliar gratuita de cestas básicas e produtos de limpeza e higiene”; “a ampliação e o aumento do Bolsa Família para um salário mínimo”; “a criação de um programa emergencial de renda mínima a todos os brasileiros sem vínculo formal de trabalho durante a pandemia, com



a transferência de meio salário mínimo por mês para cada pessoa com mais de 18 anos”; “a nacionalização e estatização dos hospitais, laboratórios e quebra das patentes”; “a execução das dívidas dos grandes sonegadores”; “a taxação de grandes fortunas, de remessas de lucros e dividendos para o exterior, dos lucros dos bancos, com redirecionamento do valor arrecadado para um fundo de emergência a ser distribuído entre estados e municípios” (OLIVEIRA, 2020, n.p.).

Outro exemplo concreto no Brasil está na divulgada experiência de Paraisópolis, Zona Sul de São Paulo, onde, diante da ausência de “programa específico para as favelas” por parte do governo, a União de Moradores, a Associação de Moradores “e o G10 das Favelas (instituição que reúne líderes de 10 grandes favelas no Brasil)” se uniram e elaboraram um “‘programa de socorro’ à comunidade” (PAULO, 2020, n.p.). Segundo a matéria:

Foram escolhidos 420 ‘presidentes de rua’, voluntários que são responsáveis por zelar por trechos de vias predefinidos, cada uma com cerca de 50 casas. Os ‘presidentes’ têm a missão de monitorar se algum morador de sua região tem sintomas da Covid-19 ou se precisa de atendimento médico. Outra tarefa é a de identificar as famílias que estão com a renda reduzida ou mesmo sem renda e que estejam passando fome. (PAULO, 2020, n.p.).

Como parte do programa de socorro, “a comunidade contratou uma equipe com três ambulâncias (sendo uma UTI móvel), dois médicos, dois enfermeiros e três socorristas, que se mudaram para Paraisópolis...” (PAULO, 2020, n.p.). Além do cuidado médico,

a comunidade formou “uma equipe de 15 mulheres” que “prepara e distribui cerca de 1.300 marmitas por dia em Paraisópolis” (PAULO, 2020, n.p.). Todas as ações são mantidas pela arrecadação por meio de uma vaquinha online e pela “contribuição de comerciantes e moradores” (PAULO, 2020).

Vemos, portanto, fundamentos concretos para a apropriação – explícita nas intervenções de Sotiris e Dardot/Laval – normativo-utópica do debate sobre biopolítica e biopoder. Para o primeiro, como vimos, uma condição para a construção de uma biopolítica popular supõe, antes de qualquer coisa, a democratização radical do conhecimento e dos meios de regulamentação da vida, o que em muito converge com a defesa da saúde não somente como coisa pública (num sentido atrelado a uma ação estatal paternalista), mas de *comum*, assinalada pelos segundos. Estaríamos, assim, na trilha constituinte de um poder que tem a população como sujeito-objeto, fórmula estranha e hegelianamente presente no próprio Foucault.

De um ponto de vista da luta teórica, a construção de uma biopolítica popular ou comum supõe a agonística prático-semântica em torno do conceito de população, extirpando a própria potência de *corte* presente no *fazer morrer para fazer viver*, em oposição radical a toda possibilidade de racismo com ou sem face. Esta biopolítica se orientaria decididamente para um poder de fazer viver que toma toda suposta necessidade de eliminação de elementos mórbidos – da população – como suspeita e nociva. Para esta biopolítica, o único elemento a ser suprimido – por uma população que se autorregulamenta e por indivíduos que definem publicamente as razões e os meios para o autodisciplinamento – é a potência



<sup>11</sup> Para uma síntese, ver Andreotti, 2011.

necropolítica. Parafraseando Hardt e Negri<sup>11</sup>, só assim teríamos uma biopolítica da multidão desatrelada de um biopoder do império.

Talvez um aprendizado que deva ser o alicerce de todos os outros, bússola nos difíceis dias vindouros, seja esse: nunca aceitar como normal qualquer tipo de conversão da guerra e da morte em normalidade/cotidianidade. Levar a sério, após a grande noite de confinamento – para uns, hotéis *Abgrund* de diversas estrelas e tamanhos; para outros, o abismo como morada –, as palavras finais de Mbembe (2014: 305) em sua *Crítica da Razão Negra*: “a questão da comunidade universal coloca-se... em termos de habitação do Aberto, de cuidado prestado ao Aberto – o que é absolutamente diferente de uma atitude que pretenda antes de mais enclausurar, permanecer enclausurado naquilo que, por assim dizer, nos é próximo”.

## REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.
- AGAMBEN, Giorgio. O estado de exceção provocado por uma emergência imotivada. *Instituto Humanas Unisinos*, 2020. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/596584-o-estado-de-excecao-provocado-por-uma-emergencia-imotivada>
- ANDREOTTI, Bruno. Biopoder, biopolítica e multidão: uma análise do desdobramento conceitual de Foucault em Antonio Negri. In: *REU*, Sorocaba, v. 37, n. 2, pp. 59-79, 2011.
- BRÖCKLING, Ulrich; KRASMANN, Susanne; LEMKE, Thomas. (Eds.). *Governmentality: current issues and future challenges*. 1. ed. New York: Routledge, 2011.
- BROWN, Wendy. *Undoing the demos: neoliberalism's stealth revolution*. Zone books: New York, 2015.

- BUTLER, Judith. O capitalismo tem seus limites. *Blog da boitempo*, 2020. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2020/03/20/judith-butler-sobre-o-covid-19-o-capitalismo-tem-seus-limites/>
- CASTRO, Edgardo. Giorgio Agamben e o novo estado de exceção graças ao coronavírus. *Instituto Humanitas Unisinos*, 2020. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/597615-giorgio-agamben-e-o-novo-estado-de-excecao-gracas-ao-coronavirus>
- DAGNINO, Evelina. Construção democrática, neoliberalismo e participação: os dilemas da confluência perversa. In: *Política & Sociedade*, n. 5, outubro de 2004.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. A prova política da pandemia. *Blog da boitempo*, 2020. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2020/03/26/dardot-e-laval-a-prova-politica-da-pandemia/>
- ESPOSITO, Roberto. *Immunitas: protección y negación de la vida*. Buenos Aires: Amorrortu, 2009.
- FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008.
- FOUCAULT, Michel. O nascimento da medicina social: In: MACHADO, Roberto (org.). *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Vozes, 1987.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade (v.1 A vontade de saber)*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.
- FOUCAULT, Michel. *Em Defesa da Sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- FOUCAULT, Michel. *Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1977-1978)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.
- FOUCAULT, Michel. *Nascimento da biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.
- HAN, Byung-Chul. O coronavírus de hoje e o mundo de amanhã. *El País Brasil*, 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/ideas/2020-03-22/o-coronavirus-de-hoje-e-o-mundo-de-amanha-segundo-o-filosofo-byung-chul-han.html>
- HARDT, M.; NEGRI, A. *Império*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- \_\_\_\_\_. *Multidão. Guerra e Democracia na Era do Império*. Rio de Janeiro/São Paulo: 2005.



LEMKE, Thomas. *Biopolitics: An Advanced Introduction*. New York and London: New York University Press, 2011.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSFUGUET, Ramón (orgs.). *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica, seguido de Sobre el gobierno privado indirecto*. Madrid: Editorial melusina, 2011.

MBEMBE, Achille A *Crítica da Razão Negra*. Portugal: Antígona, 2014.

MBEMBE, Achille Pandemia democratizou poder de matar, diz autor da teoria da 'necropolítica'. *Folha de São Paulo*, 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2020/03/pandemia-democratizou-poder-de-matar-diz-autor-da-teoria-da-necropolitica.shtml?origin=folha>

NALLI, Marcos. Communitas/Immunitas: a releitura de Roberto Esposito da biopolítica. In: *Revista de Filosofia, Aurora*, Curitiba, v. 25, n. 37, p. 79-105, jul/dez de 2013.

OLIVEIRA, Caroline. Movimentos populares elaboram 20 proposta contra a pandemia de covid-19. *Rede Brasil Atual*, 2020. Disponível em: [https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2020/03/movimentos-populares-elaboram-20-propostas-contra-a-pandemia-de-covid-19/?zqr%2F&fbclid=IwAR0FaKZn4m-DBzereT2dm5qj\\_GJmjLjWzdvmiQwOw67\\_f7b6RtSC4yosKw](https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2020/03/movimentos-populares-elaboram-20-propostas-contra-a-pandemia-de-covid-19/?zqr%2F&fbclid=IwAR0FaKZn4m-DBzereT2dm5qj_GJmjLjWzdvmiQwOw67_f7b6RtSC4yosKw)

PAULO, Paula Paiva. Paraisópolis contrata médicos e ambulâncias, distribui mais de mil marmitas por dia e se une contra o coronavírus. *G1 Globo*, 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/04/07/paraisopolis-se-une-contra-o-coronavirus-contrata-ambulancias-medicos-e-distribui-mais-de-mil-marmitas-por-dia.ghtml>

PRECIADO, Paul. Aprendendo com o vírus. *Medium*, 2020. Disponível: <https://medium.com/textura/aprendendo-com-o-v%C3%ADrus-1f8542d3ed78>

RABINOW, P.; ROSE, N. Biopower today. In: *BioSocieties*, 1, 195-217, London, 2006.

SILVA, Mozart Linhares da. População-sacer e democracia racial no Brasil. In: *Revista Sociedade e Estado*, v. 32, n. 3, setembro/dezembro 2017.

SOTIRIS, Panagiotis. Coronavirus contra Agamben. Por uma biopolítica popular. *Uninómada Sur*, 2020. Disponível em: <https://uninomadasur.net/?p=2575>